

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

10 / MAIO / 2021

STF PODE LIMITAR ALCANCE DE DECISÃO SOBRE PATENTES A MEDICAMENTOS CONTRA COVID-19

Proposta de modulação foi apresentada ontem pelo ministro Gilmar Mendes

[Leia mais ...](#)

OAB QUESTIONA NO STF NOVO PRAZO PARA QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS

Débitos são estimados em mais de R\$ 100 bilhões, segundo a Ordem

[Leia mais ...](#)

QUEM MEXEU NO MEU QUEIJO?

STF ADIA JULGAMENTO DE ADI SOBRE ÍNDICE DE CORREÇÃO DO FGTS

ADI estava pautada para ser julgada na próxima quinta-feira (13/5)

[Leia mais ...](#)

FICA PRA PRÓXIMA

SUPREMO SUSPENDE PRAZOS PROCESSUAIS DESTA QUINTA E SEXTA-FEIRA

Devido à interrupção do acesso externo ao site do Supremo Tribunal Federal, o presidente da Corte, ministro Luiz Fux, suspendeu os prazos processuais que correriam nos dias 6 e 7 de maio.

[Leia mais ...](#)

STF

TOFFOLI PEDE VISTA DE AÇÃO QUE DISCUTE ICMS SOBRE MERCADORIAS IMPORTADAS

Ministros analisam competência do Senado para editar norma sobre ICMS. Placar está em 4X2 pela regularidade da regra

[Leia mais ...](#)

STF VAI DECIDIR SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL POR PUBLICAÇÃO DE PROCESSOS NA INTERNET

No caso, uma pessoa sustenta que o Escavador dificultou que empresas a contratassem ao publicizar antigo processo trabalhista

[Leia mais ...](#)

DECISÃO DO STF PODE IMPACTAR CRÉDITOS DE ICMS

Corte invalidou a cobrança de ICMS na transferência interestadual de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte

[Leia mais ...](#)

FUX: STF INICIA JULGAMENTO SOBRE "TESE DO SÉCULO" NA PRÓXIMA 4ª FEIRA

Sarah Teófilo

Tribunal vai analisar a retirada do ICMS na base de cálculo para a cobrança de PIS-Cofins. O tema é de muito interesse do governo, pois tem forte impacto nas contas públicas.

[Leia mais ...](#)

REPERCUSSÃO GERAL

PARA PGR, COMPARTILHAMENTO DE DADOS ENTRE RECEITA E MPE É CONSTITUCIONAL

O procurador-Geral da República, Augusto Aras, se manifestou pela constitucionalidade do compartilhamento de dados entre a Receita Federal e o Ministério Público Eleitoral, em casos de apuração de irregularidades em doações eleitorais, sem autorização prévia do Judiciário.

[Leia mais ...](#)

STJ MANTÉM ISS SOBRE GESTÃO DE FUNDO ESTRANGEIRO

Decisão, por maioria de votos, foi a primeira proferida pelos ministros Por Beatriz Olivon e Joice Bacelo — De Brasília e Rio
A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu uma questão importante para os gestores de investimentos. Os ministros entenderam que empresa brasileira contratada para gerir o capital de um fundo estrangeiro deve pagar ISS sobre as receitas decorrentes desse serviço, desde que produza efeitos no Brasil.

[Leia mais ...](#)

STJ

QUEIROZ GALVÃO NÃO CONSEGUE REAVER, NO STJ, VALORES DE DEPÓSITO JUDICIAL

Os valores referem-se a uma correção monetária com base em um imposto declarado inconstitucional

[Leia mais ...](#)

TERCEIRA TURMA ANULA REGISTRO DO ENERGÉTICO POWER BULL PARA EVITAR ASSOCIAÇÃO INDEVIDA COM O RED BULL

Em razão do risco de associação indevida, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso dos titulares da marca Red Bull e determinou a anulação do registro da marca Power Bull, energético fabricado por outra empresa. Diante de conflito entre marcas, o colegiado afirmou que deve prevalecer aquela registrada primeiro.

[Leia mais ...](#)

STJ: ROYALTIES RECEBIDOS POR COOPERATIVA COMPÕEM BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS

Para 1ª Turma, royalties provenientes de tecnologia desenvolvida pela cooperativa integram o faturamento

[Leia mais ...](#)

EXISTÊNCIA DE SÓCIOS EM COMUM NÃO É SUFICIENTE PARA CONFIGURAR GRUPO ECONÔMICO

Com esse fundamento, empresa foi excluída de responsabilidade solidária por débitos de massa falida

[Leia mais ...](#)

ORIENTAÇÃO AO MERCADO

CVM PUBLICA NOVAS ORIENTAÇÕES PARA AUDITORES INDEPENDENTES

Área técnica lista recomendações sobre registro, atuação e normas

[Leia mais ...](#)

PDT QUESTIONA NOVA MP SOBRE REDUÇÃO SALARIAL E DE JORNADA DE TRABALHO POR ACORDOS INDIVIDUAIS

A MP 1.045/2021 permite a flexibilização independentemente de acordo coletivo e de participação sindical.

[Leia mais ...](#)

CONTRIBUINTE PODE PERDER BENEFÍCIO FISCAL SEM SER CONDENADO POR CRIME

Carf entende que punição deve ser aplicada com a identificação do ato pela Receita Federal

[Leia mais ...](#)

SÃO PAULO OFERECE NOVO REGIME DE ICMS-ST

Regime Optativo de Tributação é saída encontrada pelo Estado para cumprir decisão do STF

Por Adriana Aguiar — de São Paulo

[Leia mais ...](#)

SENADO APROVA AUMENTO DE PUNIÇÕES PARA FRAUDES ELETRÔNICAS; TEXTO VAI A SANÇÃO

Proposições legislativas

PL 4554/2020 (Substitutivo-CD)

Com 76 votos a favor e nenhum contrário, o Senado aprovou nesta quarta-feira (5) o substitutivo elaborado pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei (PL) 4.554/2020, que amplia as penas por fraudes praticadas com o uso de dispositivos eletrônicos (celulares, computadores, tablets), conectados ou não à internet.

[Leia mais ...](#)

Imposto de renda

BOLSONARO VETA PL QUE ADIAVA PRAZO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO IR

Com decisão, prazo fica mantido até 31 de maio.

[Leia mais ...](#)

NOVO ESOCIAL SIMPLIFICADO

NOVO ESOCIAL SIMPLIFICADO: COMO SERÁ A IMPLANTAÇÃO PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Cronograma prevê a obrigatoriedade do envio de eventos de folha de pagamento para o terceiro grupo a partir de maio/21. Período de convivência de versões permitirá que os empregadores se adaptem gradualmente. Implantação da versão S-1.0 foi reprogramada para 17/05, para não coincidir com o período de fechamento de folha do mês anterior.

[Leia mais ...](#)

TRIBUTAÇÃO

CÓDIGOS SÃO ALTERADOS EM TABELA DE IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Após a adequação da tabela, produtos químicos orgânicos, lâmpadas, aparelhos de medida de pressão e termômetros clínicos tiveram descrições ou códigos alterados.

[Leia mais ...](#)

VAI A SANÇÃO PROJETO QUE ESTABELECE PAGAMENTO PROPORCIONAL DE PEDÁGIOS

Da Agência Senado | 07/05/2021, 11h15

Para a cobrança proporcional será usado sistema de reconhecimento visual automático de placas ou identificação por meio de rádio de chips instalados na licença do veículo

[Leia mais ...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)